



Correio Manhã

27-05-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 1681 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8/9



JUSTIÇA INCAPAZ DE COBRAR MULTA DE 3,7 MILHÕES A SALGADO

BANQUEIRO CONDENADO BENS CONHECIDOS JÁ ESTÃO ARRESTATOS NOUTRO PROCESSO P.8 E 9



ESCÂNDALOS FINANCEIROS

INQUÉRITO | ACUSAÇÃO ATÉ JULHO

O Ministério Público deverá deduzir a acusação no chamado caso GES até 16 de julho próximo. Os procuradores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) que têm o inquérito já estão a redigir o documento, que já tem milhares de páginas. Salgado é o principal arguido.

CONTRAORDENAÇÃO DO BDP



DECISÃO Ricardo Salgado tem de pagar coima de 3,7 milhões de euros, mas esta será difícil de cobrar por o seu património estar arrestado no processo do GES

Ex-líder do BES e do GES tem o património financeiro e imobiliário apreendidos em Portugal e na Suíça, e disse que é a filha quem paga as despesas de duas casas

Multa incobrável com arresto de bens

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Ministério Público junto do Tribunal da Concorrência, em Santarém, deverá ter sérias dificuldades em cobrar a Ricardo Salgado a multa que o Banco de Portugal (BdP) lhe aplicou de 3,7 milhões de euros, que foi agora confirmada pelo Tribunal Constitucional (TC). Como o ex-líder do BES tem os bens arrestados no processo crime do Grupo Espírito Santo (GES), este arresto prevalece sobre outras decisões judiciais e a coima apenas poderá ser cobrada se forem conhecidos outros bens de Salgado que não tenham sido apreendidos. O acórdão do TC que confirmou a aplicação da coima ao banqueiro, no dia 14 deste mês,

vai ser enviado para o Tribunal da Concorrência, a partir do qual serão feitas diligências para a sua cobrança. A interpretação dos juristas do BdP é que Salgado não poderá recorrer desta decisão, sendo a multa definitiva. O banqueiro tem o património financeiro e imobiliário arrestado, desde 2014, no caso GES. Salgado e a mulher têm também uma conta bancária arrestada na Suíça, no âmbito de um inquérito crime aí aberto, na qual haverá um saldo de, pelo menos, 1,5 milhões de euros. O ex-líder do BES e do GES já

SAIBA MAIS

1864 é o ano em que José Maria do Espírito Santo abriu uma loja de lotarias, câmbios e títulos de crédito, em Lisboa. As origens do BES remontam a essa atividade comercial.

Gestão ruinosa No processo de contraordenação, o Banco de Portugal acusou Salgado de gestão ruinosa, pela falsificação de contas da Espírito Santo International (ESI), e esquema fraudulento de emissão de dívida, no valor de 1,3 mil milhões de euros, colocada em clientes do BES.

deu a entender, como consta num acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relacionado com um processo de contraordenação do BdP, que não terá dinheiro para pagar a coima de 3,7 milhões de euros. Salgado já pagou duas cauções, cada uma de 1,5 milhões de euros, nos processos Monte Branco e GES. O banqueiro alega que é a filha Catarina, residente na Suíça, quem paga as despesas com as casas em Cascais, onde vive, e na Comporta, onde passa férias. Questionado através do porta-voz, se tencionava recorrer do acórdão do TC e se tinha dinheiro para pagar a multa do BdP, Salgado não respondeu. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CRONOLOGIA

- > **8 DE NOVEMBRO DE 2013** José Maria Riccardi assume, em comunicado, que, na reunião do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo (GES), não deu a Ricardo Salgado um voto de confiança para continuar a liderar o GES
- > **11 DE NOVEMBRO** Salgado e Riccardi emitem um comunicado, no qual anunciam um entendimento sobre o processo de sucessão na liderança no GES. Salgado admite que considera que Riccardi reúne as condições para ser um dos membros possíveis à sua sucessão
- > **15 E 17 DE ABRIL 2014** Grupo PT renova as aplicações financeiras em papel comercial da Rio Forte no valor de 897 milhões de euros
- > **13 DE JULHO** Ricardo Salgado cessa funções como administrador do BES, de cuja comissão executiva era presidente há mais de 20 anos
- > **15 E 17 DE JULHO** A Rio Forte não consegue reembolsar o Grupo PT do capital e juros porvenientes da aplicação de 897 milhões de euros em papel comercial
- > **24 DE JULHO** Ricardo Salgado é ouvido como arguido no caso Monte Branco, processo relacionado com suspeitas de branqueamento de capitais. Foi sujeito a três medidas de coação: o pagamento de uma caução de três milhões de euros, proibição de sair do País e proibição de contactos com "determinadas pessoas"
- > **4 DE AGOSTO** Banco de Portugal aplica a medida de resolução ao BES, com a divisão deste em duas instituições: Novo Banco, que herda os ativos bons, e BES 'mau', que fica com os ativos tóxicos
- > **11 DE AGOSTO** Depois de ter aberto uma averiguação preventiva ao GES em julho, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), então liderado por Amadeu Guerra, abre inquérito ao GES
- > **15 DE MAIO DE 2015** A pedido do Ministério Público, o Tribunal Central de Instrução Criminal determina o arresto de mais de 500 imóveis ao GES. Entre estes, estão imóveis de Salgado, José Manuel Espírito Santo e Amílcar Moraes Pires, ambos ex-administradores do GES
- > **20 DE JULHO** Ricardo Salgado é ouvido, no DCIAP, como arguido no processo de investigação ao GES
- > **28 DE MARÇO DE 2019** Procuradoria-Geral da República diz que o caso GES tem 41 arguidos, dos quais 33 são pessoas nacionais e estrangeiras e oito são empresas. Foram arrestados 120 milhões de euros
- > **8 DE JULHO** Diretor do DCIAP prorroga o prazo de investigação no caso GES. Albano Pinto fixou o prazo de três meses para a conclusão do inquérito após serem recebidos os documentos da Suíça
- > **11 DE AGOSTO** Investigação do DCIAP ao GES faz cinco anos

CORREIO



GESTOR | **MORAIS PIRES PAGA 350 MIL EUROS**

O Tribunal Constitucional confirmou, no mesmo acórdão sobre a multa aplicada a Ricardo Salgado, a coima a Amílcar Morais Pires, antigo administrador financeiro do BES, de 350 mil euros. Morais Pires tem também o património arresgado, no âmbito do caso GES. O gestor é um dos arguidos neste processo crime.

PROCESSO

Isabel ataca Angola por “prova fabricada”

PAPEL ⚡ Empresária diz que documento sem credibilidade serviu para bloquear os seus ativos

Isabel dos Santos acusou ontem a Procuradoria-Geral da República (PGR) de Angola de ter usado uma alegada “prova fabricada no processo de arresto de bens” da filha do ex-presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. A empresária angolana alega que a PGR de Angola usou “um memorando, cuja autenticidade nunca foi comprovada pelo tribunal ou pelas autoridades de Angola ou Portugal”, para conseguir junto do tribunal a decisão de arresto dos seus bens.

Em causa, segundo um comunicado ontem emitido pela empresária, está “uma transação comercial falsa supostamente envolvendo Isabel dos Santos”,

que é relatada nesse memorando. Esse memorando “não assinado e não datado”, segundo o comunicado, está anexado a uma carta oficial dos Serviços de Inteligência angolanos.

“Esta carta e memorando foram ambos entregues ao tribunal pela Procuradoria angolana como prova para sustentar que

VENDA DA UNITEL APARECE REFERIDA EM MEMORANDO QUE NÃO ESTÁ ASSINADO

a Eng^a. Isabel dos Santos tinha a intenção de vender a sua participação na empresa Unitel a um investidor não nomeado dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e por esta via dissipar o seu património”, refere o comunicado. A empresária diz que não conhece nenhum empresário dos EAU e que não quis, nem quer, vender a Unitel. ●



Isabel dos Santos é considerada a mulher mais rica de África

ESTADO ANGOLANO PEDE 4,6 MIL MILHÕES DE EUROS

O Estado angolano reclama a Isabel dos Santos, segundo a Procuradoria-Geral da República de Angola, mais 4,6 mil milhões de euros. A verba é pedida em vários processos de natureza cível e criminal. ●

ADVOGADOS ENVIAM QUEIXA PARA A INTERPOL

Os advogados de Isabel dos Santos pediram à Interpol que investigue a suspeita de que um empresário privado terá solicitado a agentes angolanos da Interpol “serviços remunerados”. ●